

Sarney: esperamos compreensão de nossos parceiros.

"Está na hora da comunidade internacional dar mostras de compreender nossos gestos. O Brasil está fazendo a sua parte. E nós esperamos o mesmo de nossos parceiros." Este foi um dos trechos do discurso feito ontem pelo presidente José Sarney, em cadeia de rádio e televisão, para anunciar formalmente o fim da moratória da dívida externa brasileira, hoje em torno de US\$ 121 bilhões.

O discurso marcou a abertura da reunião de 1 hora e 15 minutos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), convocada para formalizar a questão e da qual participaram todos os ministros. Após a pronunciamento, de 15 minutos, a reunião prosseguiu a portas fechadas, inicialmente com uma exposição do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, que em seguida respondeu a perguntas dos ministros sobre os termos do acordo entre o governo brasileiro e os bancos privados estrangeiros, que será assinado hoje em Nova York.

Repetindo antigas colocações feitas no início de seu governo pelo ex-presidente Figueiredo, em favor de uma nova ordem econômica internacional, Sarney ressaltou que o Brasil não tem nenhum intuito de confrontação com a comunidade econômica financeira e descartou qualquer hipótese de formação de um cartel de países devedores.

Porém, também disse que seu governo possui autoridade para reivindicar dos credores que não se organizem

em cartéis nem busquem soluções baseadas na força ou na imposição.

O acordo

O acordo que Maílson assina hoje em Nova York, de refinanciamento parcial dos juros e reescalonamento do principal da dívida junto aos bancos, foi acertado em junho passado com o Comitê Assessor dos Bancos. Foi para permitir a assinatura que o governo suspendeu ontem oficialmente a moratória do pagamento dos juros, decretada em 20 de fevereiro de 1987, devido "ao baixo nível das reservas externas do País" na ocasião, conforme disse ontem Sarney. Falando à imprensa depois da reunião do CSN, Maílson estimou que o País pagará entre US\$ 9 bilhões e US\$ 9,5 bilhões de juros em 88. Mas fez questão de recapitular os pontos que considera inovadores e positivos no acordo. É o maior já assinado por uma nação do Terceiro Mundo, abrangendo cerca de US\$ 82 bilhões, entre o refinanciamento do principal (com prazo de 20 anos para pagamento e oito de carência) e dos juros, além de um empréstimo de US\$ 5,2 bilhões para pagamento de juros atrasados. O **spread** (taxa de risco) será de 0,8125%. Há também cláusulas prevendo renegociação dos termos a qualquer mudança de condições econômicas, incluindo mudanças externas, e a proteção das reservas brasileiras no Exterior contra qualquer tipo de seqüestro ou embargo no caso de litígio com os credores.